

ACTA Nº 4 – Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 24 de Setembro de 2010

No dia vinte e quatro de Setembro do ano de dois mil e dez, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 19 de Junho de 2010;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2 – Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício económico de 2010, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado e 2011;

4.3 - Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, IMI, aplicáveis aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2011;

4.4 – Proposta de fixação, para o ano de 2011, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 106º, da lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro;

4.5 – Correção do Mapa de Pessoal, aprovado para o corrente ano de 2010;

4.6 – Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Montalegre, nos termos do Decreto-lei nº 305/2009, de 23 de Outubro;

4.7 – Pedido de emissão de declaração de interesse público municipal / Instalação de hotel de 4** com 100 quartos, no local denominado Cerrado – Montalegre. Processo da DUSU n.º36/2010;**

4.8 – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes / Alteração dos Estatutos;

4.9 – Adesão do Município à Associação designada de Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM), bem como a aprovação dos respectivos Estatutos;

4.10 – Proposta de Regulamento sobre Estabelecimentos de Hospedagem e Alojamento Local;

4.11 - Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais / Alteração;

4.12 – Assembleia Municipal de Chaves / Barragens do Alto Tâmega;

5 – Período após a ordem do dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes cinquenta e quatro membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, António Santos, Rui Alves, Filipa Alves, João Surreira, Acácio Gonçalves, Mário Mendes, José Carlos Costa, Luís Marinho, Pedro Giesteira, João Anjo, José Moura, Manuel Antunes, José Ferrage, Joaquim Alves, António Pereira, Sebastião Martins, António Dias, Manuel Alves, José Dias, Manuel Gonçalves, Paulo Barroso e Paulo Pinto.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Guilhermina Costa, António Santos, Rui Alves, Filipa Alves, João Surreira, Acácio Gonçalves, Mário Mendes, José Carlos Costa, Pedro Giesteira,

João Paulo Anjo, José Acácio Moura, Manuel Antunes, José Ferrage, Joaquim Alves, António Pereira, Sebastião Martins, Manuel Alves, José Bento Dias, Manuel Gonçalves, Paulo Barroso e Paulo Pinto.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Sandra Carvalho, Luís Marinho e António Azevedo Dias.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Discussão e votação da acta da 3ª sessão ordinária realizada no passado dia 19 de Junho de 2010.

A acta da sessão ordinária do dia 19 de Junho de 2010 foi posta à consideração, não tendo havido reparos.

Posta a votação, a acta foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril, Acácio Gonçalves, Fernando Calvão, Fátima Crespo, Ricardo Moura, Pedro Barroso, José Carvalho e José Acácio Moura.

O deputado Luís Carril pediu esclarecimento sobre a camada de alcatrão que andam a colocar na estrada Venda Nova/ Salto pois parece-lhe que o trabalho não está a ser bem feito.

Falou sobre política florestal e perguntou se, em conjunto com as associações florestais, se poderia fazer um estudo em termos florestais, e perante os resultados, arranjar financiamentos. É um bom projecto futuro.

O deputado Acácio Gonçalves disse que em Maio trouxe, a Montalegre, 500 pessoas numa excursão para o parque do Sr. Piedade. Disse que falou com o senhor Presidente da Câmara para fazer a reserva e este prontamente

respondeu que as reservas eram feitas com a Comissão Fabriqueira e o Sr. Padre Victor. Assim fez e tudo correu pelo melhor. Depois da reserva feita, aconteceu o insólito. O espaço reservado por ele estava reservado, com umas fitas, para um outro grupo. Chegou-se a acordo para se mudar de mesas, mas mais abaixo estava um grupo de Donões que quase lhe batiam. Como se não bastasse tudo isto, passadas duas horas apareceram dois membros da Comissão Fabriqueira a exigir o pagamento de 1 Euro por pessoa. Não se admite pois assim expulsamos os visitantes.

O deputado Fernando Calvão falou sobre a criação da Unidade Local de Saúde de Chaves e disse que era importante que toda a gente aderisse a esta iniciativa para que se tente colmatar mais um erro deste Governo. Não se admite que os doentes se desloquem de Montalegre para Vila Real e até mesmo para Lamego.

Alertou a Câmara para o estado da rede viária que se vai deteriorando.

Falou na desertificação do interior e disse que pouca gente sabe, mas que o Governo Central desviou verbas dos fundos comunitários, que seriam atribuídas a regiões desfavorecidas, para aplicar na grande Lisboa. É um assunto grave e pergunta se a ANMP irá levantar essa questão junto do Governo.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: " Exmo. Senhor Presidente da Assembleia e Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre: Queria dar os parabéns ao município pela organização, pelo brilho e pelo sucesso da sexta-feira 13. Por razões de saúde não pude estar presente, mas tive o cuidado de constatar com as pessoas que, concretamente com algumas a quem aconselhei o evento, todas foram unânimes quanto à grandiosidade, beleza, originalidade, etc, mas todas foram dizendo que temeram pela sua integridade física, não só pela massa humana que ali se encontrava, mas também pelo momento do fogo que foi verdadeiramente assustador. Chegaram até a sugerir outros espaços onde o evento se pudesse realizar de forma a evitar uma tragédia que só por milagre não aconteceu.

Em segundo lugar, queria manifestar a minha desilusão pelo insucesso do Congresso de Medicina Popular em Vilar de Perdizes. Como todos sabemos, este congresso é a marca de Vilar de Perdizes; a ele e ao seu organizador se devem sem sombra de dúvida outras iniciativas que hoje valem o que valem. Pois bem, este ano começou logo com a ausência de um elemento da Câmara para fazer a abertura. A dimensão do palco mostrava claramente a pequenez do espectáculo. Animação não podia haver menos. Paralelamente, na vila e em Salto o festival do castanho. Enfim, um falhanço total.

De quem foi a culpa? Já toda a gente sabe que o Padre Fontes é exímio na arte de improvisar, mas um evento desta natureza não se compadece hoje com o improviso, é cada vez mais exigente e perante a ineficácia do organizador por razões várias, mas especialmente por razões de saúde, julgo termos de ser nós, sociedade civil e a Câmara, a dar um contributo cada vez maior. Se acharmos que o turismo é a nossa aposta, temos de nos empenhar na arte de bem receber, tanto na vila como nas aldeias.

No próximo ano temos os 25 anos do Congresso. Espero que todos nos mobilizemos com dedicação e empenho, para dar ao evento o nível e a dignidade que merece, pelo acontecimento em si, pelo Padre Fontes e por Vilar de Perdizes. Assinado, Fátima Crespo.”

O deputado Pedro Barroso, sobre o Congresso de Medicina Popular de Vilar de Perdizes, disse que faz das palavras da deputada Fátima Crespo as suas palavras e acha que é um evento que merece mais atenção por parte do Município.

Falou da Fonte da Mijareta e perguntou se a Câmara tem vistoriado a qualidade da água pois muita gente a consome. Trata-se de um local que merecia outra atenção dado o seu cariz cultural.

Falou ainda do envenenamento dos cães no concelho de Montalegre e perguntou como funciona o serviço municipal de recolha de cães vadios, qual a sua legalidade e se existe algum regulamento.

Falou sobre o Torneio de Futsal e o pavilhão desportivo. Disse que o Torneio de Futsal é um dos bons eventos do concelho, mas tem-se verificado um declínio. Conforme vai aumentando o preço da inscrição, a qualidade do Torneio baixa. Não se justifica o preço das inscrições.

Disse que um torneio municipal deve ser um torneio que estimule mais a prática do desporto e do fairplay e não tanto a competição. Deveria ser dedicado aos munícipes e não a profissionais de fora que vêm cá apenas para ganhar os prémios. O concelho de Montalegre tem massa humana para organizar um torneio interfreguesias.

Disse ainda que há um contrasenso pois quem recebe o dinheiro é a Comissão Fabriqueira e quem paga os prémios é o Município.

Disse que o pavilhão municipal abriu sem regulamento, depois fizeram um à pressa pois começava a haver algumas críticas. Devia-se fazer um regulamento municipal que estimulasse a actividade física no concelho. Sugeriu que, para entidades ou associações devidamente organizadas, a Câmara cedesse o espaço gratuitamente ou a um preço mais acessível, seguindo o exemplo de Boticas.

Terminou dizendo que o executivo deveria estar mais atento a algumas obras particulares ilegais que se vão fazendo pelo concelho.

O deputado Ricardo Moura disse que tem visto as notícias e nota que o PSD está ansioso para voltar ao poder. Relembrou coisas que foram feitas quando ganhou Durão Barroso pois 15 dias depois o Dr. Joaquim Costa tornou-se director do Centro de Emprego em Chaves e o Eng. Amílcar cessou actividade no Centro de Formação de Chaves. O PSD põe logo nos lugares políticos gente da sua cor partidária.

Relembrou um ano em que o Presidente da Câmara apresentou o orçamento e falou do Centro Hípico do Larouco e da formação que iria ser dada lá, tendo o deputado António Cascais dito que o Centro Hípico já tinha formação a mais.

Perguntou ao PSD o que é que eles fizeram por Barroso depois de terem destruído o Centro Hípico de Barroso. Só houve uma pessoa dentro do PSD que o ajudou para que o centro hípico existisse. Foi o Eng^o Adelino. Foi a primeira pessoa que o ajudou.

Não sabe que mal é que ele fez aos PSD's para que estes, mal entrem para o Governo, lhe arruinem os projectos. Nos anos 70/80, durante 8 anos, teve uma fábrica de malhas em funcionamento, com 30 funcionários e mal o PSD chegou ao Governo, não sossegaram enquanto não lha fecharam.

Referiu que o centro Hípico do Larouco foi contemplado com 50 mil euros do Estado. Disse que as escolas tinham o seu total apoio para tirar de lá partido, pois nunca lhes foi cobrado dinheiro pelo facto dos alunos irem para lá, mas nem isso aproveitaram. Até a Câmara dispôs os autocarros para a deslocação dos alunos, mas nem assim. Perguntou como podemos querer turistas em Montalegre se nós próprios andamos em guerra.

Disse que quando leu as notícias diárias que diziam que o PSD queria o PS fora do Governo, pensou logo que nenhum governo PSD levantou este país. Não vai ser agora que o vão fazer.

Disse que lamentava o facto do deputado António Cascais não estar presente nesta reunião pois gostava de lhe perguntar o que é que ele ganhou com o fecho do Centro Hípico do Larouco.

Sobre o envenenamento dos cães, disse que as farmácias só vendem estricnina aos veterinários.

Sobre o pagamento de 1 Euro, no Parque do Senhor da Piedade, acha muito bem e já havia de ter sido há mais tempo. Em todo o país se paga para tudo.

O deputado José Carvalho agradeceu à Câmara pelo apoio dado à Feira Biológica em Salto mas pediu outro tipo de apoio para além da divulgação.

Disse que na estrada Paredes/ Borralha há uma descida íngreme em paralelo e que precisa de railes, assim como na estrada Linharelhos/ Borralha pois já várias viaturas caíram ao rio.

O deputado José Acácio Moura felicitou a Câmara pelos dois últimos eventos realizados no concelho: a Sexta 13 e o Campeonato do Mundo em BTT que trouxeram ao concelho milhares de pessoas.

A Sexta 13 foi a enchente esperada, apesar de não haver tantos emigrantes como se esperava. Alertou para a eventualidade de algum tipo de acidente ocorrer junto do castelo, que se pode evitar deixando uma aba para que os carros dos bombeiros e ambulâncias possam circular.

Perguntou ao Presidente da Câmara se há novidades sobre a EN103 pois passa por lá várias vezes, vê algumas intervenções e deduz que seja para alargamento. Mas as Estradas de Portugal ainda terão que indemnizar alguns particulares que fazem das bermas da estrada o seu negócio para venda de materiais de construção.

Perguntou ainda sobre o pavilhão que foi construído em Paradela, contra a vontade dos autarcas abrangidos pela área do PNPG deste concelho. Consta-se que o pavilhão é da Câmara. Outros dizem que foi vendido a uma firma particular para exploração da barragem de Paradela. Sempre foi contra aquele edifício e tinha razão pois o fim daquilo vai ser o abandono ou a demolição.

O Senhor Presidente da Câmara falou sobre o documento relativo à criação da Unidade Local de Saúde de Chaves e disse que, depois de várias reuniões com a Sra. Ministra da Saúde, chegou-se à conclusão que o Hospital de Chaves precisa de outro tipo de intervenção. O actual sistema de gestão não resolve os problemas essenciais do hospital. É um assunto que deve unir toda a gente, as Câmaras e os utentes, sem guerras político- partidárias, tendo sempre em conta a defesa das necessidades dos utentes.

A Câmara de Chaves recolheu alguns elementos e elaborou este documento que espelha dados objectivos e reais.

A ideia da Unidade Local de Saúde nunca foi rejeitada pelo Ministério da Saúde, mas tem os seus prós e contras e o principal problema é o recrutamento de médicos especialistas.

A Câmara de Montalegre vai promover a recolha das assinaturas e espera que as pessoas colaborem. Mas, assim é que não está bem.

Sobre a estrada da Venda Nova/ Salto, disse que a reparação da estrada está a ser feita no âmbito da manutenção das Estradas de Portugal e a obra tem que ficar bem feita pois se não voltam a repará-la. As Estradas de Portugal são muito rigorosas.

Sobre as florestas, disse que está em sintonia com o objectivo geral mas discorda em determinados aspectos. Já há estudos e projectos a mais. O que é preciso é dinheiro para os projectos que há. Há candidaturas que não foram aprovadas, e, noutros casos a percentagem de financiamento não é suficiente. E lembrou também foi a Câmara que incentivou a criação da ZIFE do Baixo Barroso. Para além de plantarmos mais árvores, todos nós podíamos fazer mais pelas florestas, queimando menos árvores. Era um grande investimento que o país fazia.

Sobre o Parque do Sr. da Piedade, disse que há uma dificuldade, por parte de quem dirige, de explicar as regras. Disse que concorda com o pagamento de 1 euro pois há uma pressão grande para grupos numerosos visitarem o parque e se não houver regras ninguém se entende. Tem que haver quem mande e o pagamento é bem aceite porque dizem que este parque tem excelentes condições.

Relativamente à exploração dos bares do Sr. da Piedade, disse que alertou o Sr. Padre Vítor para seguir o exemplo da Junta de Freguesia de Montalegre nos parques do rio que leilou os bares e cada um explora os bares à sua maneira. Sobre a manutenção das estradas, disse que a rede viária do concelho de Montalegre é enorme, mas já foram lançados concursos para a reparação das estradas de Paradela, de Ferral e de Aldeia Nova.

Sobre os fundos comunitários que, alegadamente, o Governo central desviou, disse que o QREN tinha verbas para as zonas do país e onde se encontrava excluída a Grande Lisboa. O Governo quer fazer uma obra em Lisboa e justifica que a obra não é para benefício da população local, mas sim para quem se desloca a Lisboa. São serviços prestados ao país que não são propriamente para Lisboa. Houve protestos e reclamações da ANMP, mas a União Europeia acabou por dar razão ao Governo, o que lamenta.

Sobre a segurança da Sexta 13, disse que foram tomadas as medidas junto da GNR, mas tornou-se difícil pois foi uma enchente para além do previsto.

Sobre o congresso de Vilar de Perdizes, disse que gostava que as críticas fossem feitas a quem tem responsabilidade pela organização. Toda a gente sabe que a Câmara sempre quis participar mais na organização do Congresso. Nunca foi permitido e portanto a Câmara não tem propriamente a ver com o Congresso. A relação que a Câmara tem com o congresso é a de cumprir com o que lhe é pedido e permitido.

Disse que já fez todas as tentativas para intervir na organização do congresso, mas não tem resultado. É pena pois é uma grande potencialidade para a região e que merece a intervenção da Câmara e lamenta as atitudes dos promotores e diz que não se pode dar o mérito a uns quando as coisas correm bem e encontrar culpados noutros lados quando as coisas correm mal.

Sobre a água da Mijareta, disse que se tem feito análises e admite que, em determinadas épocas do ano, a água não seja própria para consumo, mas as análises são regulares e não há grandes problemas.

Sobre a morte dos cães, disse que houve uma insinuação de que a Câmara tinha responsabilidades nisso. Mas não aceita essa acusação porque sabe que os responsáveis da caça e da limpeza nunca o fariam. Disse que é complicado perceber quem o fez, mas a Câmara não tem responsabilidade nisso.

Sobre o pavilhão, disse que este sempre teve regras e que a Câmara podia pôr tudo de graça, mas teria que aumentar outras taxas. Não é justo, pois o pavilhão tem boa procura e boa receita.

Sobre a organização do Torneio de Futsal, disse que este pode ser organizado de várias maneiras, mas optou-se por um torneio aberto a todos em que as melhores equipas vão ficando para o fim.

Sobre as obras alegadamente clandestinas, disse que gostava que o PSD fizesse chegar à Câmara as denúncias pois fazer uma obra fora do PDM, só uma pessoa sem responsabilidades é que a faz. Se um político autorizar, perde o mandato e se for técnico da Câmara perde o emprego. Não acredita que alguém se meta nisso. Disse que com toda certeza que há obras clandestinas, pois se não não haveria 35 mil euros em multas. É preciso denunciar.

Sobre a feira biológica de Salto, disse que é uma boa iniciativa e a Câmara continuará a apoiar iniciativas como esta, mas é preciso ter feeling para saber quando as coisas têm possibilidades de crescer ou não. Podemos fazer uma feira de produtos biológicos, mas primeiro temos que ter o produto. Temos que fazer uma campanha de informação e sensibilização para incentivar a produção e só depois tentar a venda. Acredita no sucesso da agricultura biológica.

Sobre os railes de segurança, disse que vai ver o que se pode fazer.

Sobre o campeonato Mundial de BTT, disse que trouxe algum negócio e movimento a Montalegre e que a promoção do concelho foi bem conseguida.

Sobre a EN103, disse que há realmente estaleiros que não têm razão de ser. Se fosse no distrito de Vila Real, as Estradas de Portugal já teriam impedido.

Sobre a porta do PNPG em Paradela, disse que se estivesse entregue a um particular era uma maravilha porque aquilo para interesse público não serve. A obra não é da Câmara, mas trata-se de dinheiro público que nos envergonha.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso disse, em relação à morte dos cães, que não acusou ninguém. Salientou que o Presidente da Câmara não lhe respondeu sobre as questões feitas sobre o canil.

Sobre o parque do Sr. da Piedade, aconselhou a colocação de um edital informativo das regras e contactos e concorda com o pagamento de 1 euro, uma vez que o resto do país tem outros benefícios que nós não temos.

Sobre o pavilhão disse que concorda com o pagamento mas que deviam ser salvaguardados os menores de 18 anos e as associações.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre o canil disse que há o canil do Alto Tâmega que está sediado em Boticas junto do aterro da Resinorte. Está em condições.

Quando a Câmara faz batidas, durante três dias os cães ficam no canil do Eng^o Monteiro e ao fim desses dias ninguém os reclamar, os cães ficam lá.

No pavilhão já há redução de taxas para os mais novos. A taxa não é a mesma e também há um período em que as equipas federadas podem utilizar o pavilhão para treinos.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da actividade do município, bem como da respectiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Guilhermina Costa, Acácio Gonçalves e Pedro Barroso.

A deputada Guilhermina Costa, sobre o documento intercalar da situação financeira do Município, disse que o documento carece de rigor técnico, parece-lhe que há repetição de valores como é o caso dos custos com a alimentação das crianças e os transportes escolares, que entram na despesa directa da Câmara e depois na despesa das escolas, o que faz com que a despesa seja duplicada.

Disse que nota uma preocupação, por parte do Senhor Presidente da Câmara, com as despesas com a educação e nota-se realmente que essas despesas são acrescidas, não porque o número de alunos tenha aumentado mas por questões políticas, pois as Câmaras ficaram com o acréscimo das

responsabilidades com as escolas mas foi porque quis e também recebe mais dinheiro do Governo por isso.

Felicitou o Presidente da Câmara pelo milagre da diminuição da dívida. Em treze anos não o conseguiu fazer e em tão pouco tempo desaparece com a dívida. Deve ser milagre.

Relativamente à apresentação das obras disse que o documento está bem diminuído.

O deputado Acácio Gonçalves congratula-se que a despesa tenha diminuído. Disse que olha para os subsídios e que vê bem que um ano eleitoral findou.

O deputado Pedro Barroso disse que lhe custa crer que a dívida da Câmara Municipal de Montalegre seja só de 500 mil euros. Disse que o documento enviado aos deputados devia relatar a dívida total e não apenas a dívida a fornecedores.

Felicitou a Câmara pela organização do Mundial de BTT porque é de eventos desportivos como este que o concelho precisa. Disse que com pouco investimento se consegue muito retorno, ao contrário do que acontece quando há corridas na pista.

Disse que na rubrica dos donativos falta a verba atribuída à Cooperativa Agrícola de Montalegre e relativamente ao dinheiro dado para o Congresso de Vilar de Perdizes disse que a Câmara não deve dar dinheiro sem exigir contrapartidas.

O Senhor Presidente da Câmara admite que fiquem admirados com a situação financeira da Câmara, mas a dívida real é essa. Esta dívida é para comparar quando esta era de 6 milhões de euros. Pagou-se a dívida, mas continuou a actividade da Câmara. A Câmara não esteve parada, lançou as obras que tinha para lançar, com o arrojo que toda a gente já bem conhece. No relatório aparecem as despesas correntes e algumas despesas que depois aparecem nos subsídios dados às Associações. As despesas na educação não são as que fazem a sobrecarga orçamental nem a dos subsídios. Os custos com os transportes escolares tem vindo a diminuir por força da concorrência no concurso, mas depois de confrontados com o problema que é a diminuição de alunos e tanto custa trazer dois alunos como vinte. A despesa é a mesma. A Câmara ganhou com a concorrência e ganhou mais do dobro das carreiras com a nova modalidade.

Disse que a despesa tem grande incidência com apoios sociais que são imperativos para as pessoas. As associações têm as suas dificuldades e a

Câmara sente-se na obrigação de ajudar. Mas esta ajuda não tem um carácter vinculativo e a Câmara pode aproveitar os 970 mil euros para outros fins.

A despesa com o pessoal é a que mais penaliza as autarquias. As contas da Câmara Municipal de Montalegre espelham uma realidade exigente e saudável e ao contrário do que disse a deputada Guilhermina Costa, a Câmara fez muitas obras. Na próxima reunião da Assembleia vai-lhe mostrar quanto elas custam.

Disse que diminuiu a dívida mas está no executivo para a fazer aumentar, caso seja necessário. O que é importante é que a dívida não era astronómica como o PSD dizia, era uma dívida ousada mas sustentável. Isto demonstra uma boa gestão.

Sobre a Cooperativa, disse que não está na listagem pois ainda não recebeu dinheiro nenhum.

Sobre o Congresso de Vilar de Perdizes, disse que a Câmara pagou a animação e a estrutura base de apoio ao congresso.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Proposta de lançamento da derrama e da definição da respectiva taxa, a incidir sobre o exercício económico de 2010, para cobrança por parte dos serviços competentes do Estado e 2011.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que, ao longo dos anos, PS e PSD continuam em desacordo relativamente à derrama.

Disse que, segundo o que o Senhor Presidente da Câmara apresentou, a Câmara recebe da EDP 15 mil contos por ano de derrama. Este valor é insignificante tendo em conta a incapacidade de captar novos investimentos. A autarquia tem esse dever, o dever de captar investidores para o concelho, e de trabalhar no sentido de procurar empresas que se queiram instalar em Montalegre. Este imposto é algo que vai fazer com que as empresas pensem se vale a pena virem instalar-se em Montalegre.

Disse que no documento entregue viu-se que a Câmara destinou 163 mil euros para a criação de empregos fictícios, como é o caso dos estágios profissionais. São ilusórios e fazem com que os jovens percam tempo no início da sua vida profissional pois toda a gente sabe que eles não fazem nada e estão fora da área de formação deles.

Disse que é preciso comparar a despesa efectuada com os estágios com o facto de não receber 30 mil euros da Derrama a qual impedirá a criação de postos de trabalho efectivos e reais.

Disse que teve o cuidado de fazer uma pesquisa para saber quais os municípios a nível nacional, que aplicam a Derrama e nota que os concelhos mais desfavorecidos não têm derrama. No distrito de Bragança não há um único concelho onde esse imposto seja aplicado. No distrito de Vila Real, apenas Alijó, Vila Pouca de Aguiar, Montalegre e Vila Real é que aplicam este imposto. Neste momento o que a Câmara arrecada com este imposto não justifica a sua aplicação e por isso o PSD vota contra.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a deputada Guilhermina Costa veio em defesa dos bancos e das Câmaras de Lisboa e Porto. Não pode ser assim, pois se não aprovarmos a Derrama quem a recebe são os grandes centros que não precisam tanto como os mais desfavorecidos. Os grandes centros não poupam a EDP nem a Derrama, pois esta é aplicada sobre o lucro da EDP e depois distribuídas pelas Câmaras em função da massa salarial. Disse que Montalegre tem duas hipóteses: ou temos pena das Câmaras de Lisboa e Porto e dos bancos ou aproveitamos os 80 mil euros.

Disse que outras Câmaras do interior não aplicam derrama porque não têm barragens. Disse que o que a Câmara recebe da Derrama, 90% é da EDP e os outros 10% é dos bancos. Não deverá haver uma única empresa local que pague derrama, porque abaixo de 150 mil euros de negócio estão isentas. Isto só demonstra demagogia e falta de noção do que é o verdadeiro desenvolvimento.

Disse que o PSD devia ter mais respeito pelos apoios sociais e por quem precisa. Porque quem acaba um curso superior, com o sacrifício dos pais e está um ano ou mais desempregado, merecia mais respeito do PSD. Quem faz um estágio profissional não tem um posto de trabalho fictício, mas tem um apoio financeiro, para além do apoio técnico e humano na sua formação. Trata-se de um apoio social, para a sua integração na vida profissional e um apoio para o desenvolvimento humano. É uma satisfação que tem, não só pelo apoio social aos estagiários e aos seus pais, mas também pelo desenvolvimento humano que foi dado a essa gente.

Inscreeveu-se para segunda intervenção a deputada Guilhermina Costa.

A deputada Guilhermina Costa disse que o Presidente da Câmara disse que outros municípios não têm Derrama porque não têm barragens, mas Vila Pouca é ao contrário. Não tem barragem, mas aplica Derrama e Vila Real a mesma

coisa. O facto de aplicar Derrama não tem a ver com termos barragens ou não. Disse que não quer proteger os bancos, mas estes um dia destes fecham pois só funcionam onde há movimento.

Disse que não está contra os jovens que acabam os cursos e querem começar a trabalhar. Tanto não está que sugere à Câmara que se preocupe em trazer para o concelho investimento privado e criação de postos de trabalho efectivos e duradouros.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com sete votos contra e quatro abstenções.

4.3 - Proposta de definição da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, IMI, aplicáveis aos prédios urbanos sitos no concelho de Montalegre, para vigorar no ano de 2011.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com nove abstenções.

4.4 – Proposta de fixação, para o ano de 2011, da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), conforme disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 106º, da lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

4.5 – Correção do Mapa de Pessoal, aprovado para o corrente ano de 2010.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que em 2008 estavam no mapa de pessoal 135 funcionários e 7 para entrar. Em 2009 focam os mesmos funcionários, mas

em 2010 até o mapa lhe deram trocado. Se o Senhor Presidente da Câmara lhe disser o que fez aos 142 funcionários previstos em anos anteriores, até lhe pode dar razão, mas assim não consegue. Deduz que é um quadro de compadrio.

O Senhor Presidente da Câmara disse que houve a necessidade de aprovar o mapa de pessoal corrigido pois houve um erro no apuramento dos funcionários que a Câmara tem. Para que não haja dúvidas foi distribuída uma lista nominal dos funcionários. Foi um lapso que não teve consequências mas tem que ser corrigido. No mapa constavam 97 assistentes operacionais, mas efectivamente são 106. É este erro que se pretende corrigir.

Disse que não admite que digam que o quadro de pessoal é de compadrio. É um autêntico disparate. O mapa de pessoal é feito mediante as exigências da lei.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não tem culpa que lhe tenham dado os documentos facciosamente trocados e afirma que o quadro de pessoal é mudado conforme os interesses do Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara disse que começou por pedir desculpa pelo erro, que não foi dele mas que ele assume. O que não aceita é que o deputado Acácio Gonçalves diga que é um mapa de pessoal de compadrio pois isso é dito com má fé.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com um voto contra e duas abstenções.

4.6 – Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais do Município de Montalegre, nos termos do Decreto-lei nº 305/2009, de 23 de Outubro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

4.7 – Pedido de emissão de declaração de interesse público municipal / Instalação de hotel de 4** com 100 quartos, no local denominado Cerrado – Montalegre. Processo da DUSU n.º36/2010.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Pedro Barroso.

O deputado Acácio Gonçalves pediu alguns esclarecimentos pois para que a Assembleia Municipal se manifeste sobre este assunto, a informação deveria ser mais completa. Pelo menos a informação do executivo deveria acompanhar este documento. Não sabe quem é a empresa, como é constituída, quais são os capitais sociais, e como tal, julga que se está a passar um cheque em branco.

O deputado Pedro Barroso disse que a informação fornecida aos deputados da Assembleia está completamente exígua e está-se mesmo a passar um cheque em branco.

O Senhor Presidente da Câmara disse que pensou que este assunto fosse mais fácil de entender, pois como há falta de investidores em Montalegre, quando vem um assunto destes à Assembleia, a aprovação devia ser imediata para que se capturem os investidores.

Disse que se trata de um requerimento da requerente “Estalagem Montalegre – Turismo, natureza e lazer, Lda” e que pede que seja classificado um hotel de 4 estrelas a, eventualmente, construir no Cerrado. É um investimento que ainda está em ideia, que poderá vir a concretizar-se e que precisa deste aval da Câmara para o classificar como sendo de interesse municipal, de forma a que desenvolvam o projecto e para poder ter melhores regalias nos financiamentos.

Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a informação que foi dada aos deputados deveria ser acompanhada pelo despacho dado pelo executivo e não apenas pelo técnico Eng.º Quintanilha.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Assembleia pode pedir os documentos que quiser, mas não pode confundir poderes. A Assembleia Municipal não tem poder executivo, tem apenas poder deliberativo. Não importa quem é o requerente. Importa é se o investimento é feito em Montalegre ou não.

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com uma abstenção.

4.8 – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes / Alteração dos Estatutos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril perguntou se com esta nova alteração não será mais difícil trabalhar.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu e disse que a única questão que se levanta é pelo facto da sede ficar em Bragança, mas os serviços ficam a funcionar na mesma.

Deliberação: A proposta de alteração dos Estatutos foi aprovada por unanimidade.

4.9 – Adesão do Município à Associação designada de Agência de Energia de Trás-os-Montes (AE-TM), bem como a aprovação dos respectivos Estatutos.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril perguntou se se está a falar de uma associação que está a ser criada e quais as actividades que vão fazer parte dela.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a ideia desta agência é uma imposição comunitária que tem como objectivo ser gerida pelas autarquias, mas tem que ter privados como é o caso das universidades, instituições bancárias, financiadores e eventualmente empresas.

Deliberação: A proposta de adesão, bem como aprovação dos respectivos estatutos, foi aprovada por maioria com uma abstenção.

4.10 – Proposta de Regulamento sobre Estabelecimentos de Hospedagem e Alojamento Local.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril e Manuel Duarte.

O deputado Luís Carril perguntou se, com este regulamento, vão ser abrangidos todos os estabelecimentos que prestam serviços de dormida.

O deputado Manuel Duarte perguntou se o alojamento turístico está incluído neste licenciamento.

O Senhor Presidente da Câmara disse que este licenciamento se aplica às casas particulares que alugam quartos e que não tem as condições determinadas pelo Turismo.

Disse que o alojamento turístico não é inserido neste regulamento pois este tipo de aluguer tem regras específicas.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.11 - Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais / Alteração.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia acerca do regulamento em apreço.

Inscreveram-se para intervir os deputados Luís Carril e Guilhermina Costa.

O deputado Luís Carril disse que não pode concordar com o aumento proposto pois não se verificaram melhorias nas zonas industriais e são indicadores que nada favorecem os mercados. Os investidores pensarão duas vezes se valerá a pena investir em Montalegre. E também não concorda por questões técnicas, que apresentará em voto declarado.

A deputada Guilhermina Costa disse que o aumento do preço dos lotes das zonas industriais é um aumento insignificante para as receitas da Câmara, mas para quem quer comprar, não é bem assim. Viola-se aqui o princípio do incentivo ao investimento privado, pois as duas zonas industriais foram criadas para isso mesmo.

Disse que o regulamento antigo fornece à Câmara mecanismos e meios que lhes permitia fiscalizar determinadas situações aqui denunciadas pelo Presidente da Câmara. No regulamento antigo já dizia que durante três anos de funcionamento da empresa, a Câmara podia e devia fiscalizar se estas realmente criaram os postos de trabalho que diziam criar aquando da aquisição do lote. Se o Presidente lhe dissesse que as pessoas não cumprem com o prometido e que a sanção tem que ser agravada, o PSD concordava. Só não concorda com o aumento do preço dos lotes.

O regulamento antigo está correcto, apenas padece de falta de fiscalização por parte da autarquia.

Disse também que o artigo 2º está a conceder à Câmara um poder discricionário. Vão ser os políticos a avaliar as condições técnicas do projecto. Vai ser a autarquia quem vai ingerir na vida dos empresários o que eles devem ou não fazer.

O Senhor Presidente da Câmara disse que quem deve decidir o preço dos lotes deve ser a Câmara e não quem faz o projecto, pois quem vai fazer o projecto vai arranjar estratagemas para ter mais benefícios. A Câmara tem que ter regras e autoridade.

Disse que toda a gente sabe que os empresários se puderem pagar cinco em vez de dez, pagam os cinco e os outros cinco ficam para mais tarde. Mas não pode ser. A Câmara pode recorrer aos tribunais para os obrigar a pagar, é certo, mas queremos ser mais práticos e mais claros. Com este novo regulamento já não é preciso isso. A Câmara decide com coragem, com consciência, com seriedade e com igualdade.

Se há armazéns fechados era porque o regulamento assim o permitia. Está-se a tentar corrigir os erros pois há atractivos para os lotes.

Disse que se houver alguém que queira apresentar projectos comunitários para um dos lotes, a Câmara faz a reserva do lote por seis meses. Se durante esses seis meses apresentar projecto e der garantias credíveis que vai avançar com o projecto, renova-se por mais seis meses, não havendo qualquer pagamento.

Disse que as prioridades estão bem definidas no documento e nenhum requerente ficou sem lote e se queixou do preço.

Perguntou que justiça era a que, para além das habilidades feitas, um empresário que crie seis postos de trabalho pague 8 Euros e um que crie apenas cinco, pague 13,5 Euros. Não é justo. O aumento vem no sentido de mostrar às pessoas que há regras, seriedade, disciplina e critérios. E há critérios para decidir o preço pois quem tem que decidir o preço é quem vende e não quem compra.

Sobre as penalizações, disse que prefere não passar tempo nos tribunais e deixar explícito que não vale a pena enganar. Mais vale a pena ser-se sério e rigoroso.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Luís Carril e Guilhermina Costa.

O deputado Luís Carril disse que o Presidente da Câmara fez afirmações que lhe tiram a razão toda pois quem deve decidir os preços é a Câmara e não o Presidente. São coisas distintas. Disse que o requerente do lote não pode estar à espera das boas vontades do Presidente da Câmara. O requerente tem que ter um regulamento que o deixe esclarecido e junto do seu técnico tente arranjar a melhor solução.

Disse que não é justo que o Presidente da Câmara diga que o PSD não quer regras, quando o PSD é isso mesmo que lhe está a exigir. Se o Presidente da Câmara diz que não quer levar as penalizações a tribunal, o que se está a debater não é por causa daqueles que não cumprem. O Presidente disse que as penalizações estão no regulamento, mas já está a dizer que não lhe vai ligar. O regulamento antigo dava soberbos poderes ao Presidente que este não colocou em vigor por opção.

Disse que não aceita os argumentos apresentados pelo Presidente da Câmara e não sabe até que ponto há legalidade na questão do poder discricionário num regulamento de preços. Não aceita que o Presidente ponha em causa a seriedade de todos os empresários.

A deputada Guilhermina Costa disse que depois das explicações dadas pelo Presidente da Câmara se pode concluir que este desconhece o regulamento que está em vigor ou que ele pode dizer a maior barbaridade pois sabe que a Assembleia vai aprovar o documento.

Disse que o preço está definido no art 4º do regulamento, não é numa negociação com um privado que se vai discutir o preço.

Nota-se que o Presidente não conhece o regulamento pois os empresários não podem vender o terreno, segundo o artigo 6º. Podem é vender a unidade industrial quando esta já estiver em funcionamento e com autorização da Câmara.

Disse que é estranho que o Presidente diga que não quer recorrer aos tribunais pois não teve essa preocupação em casos de perseguição, em que não tinha razão nenhuma e não se importou de gastar dinheiros públicos para a sua própria satisfação.

Disse que o PSD não quer a venda dos lotes sem regras. O que o Presidente quer é ter os poderes para poder escolher a quem vender os lotes e a que preço. É a violação do princípio da igualdade a que todas as pessoas têm direito.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a deputada Guilhermina Costa falou de um caso pessoal ou da família dela. Não é sítio para falar disso mas já que falou nele pretende esclarecer a Assembleia. Uma altura apanhou um camião da familiares da deputada Guilhermina Costa carregado com tapete velho fresado da Câmara. Perguntou ao motorista se estava ao serviço da Câmara e este disse-lhe que não, mas que tinha autorização para o fazer. Referiu que já tinham levado mais material daquele e ele próprio os mandou parar. Depois da proposta de pagamento não ter sido aceite, o caso foi para tribunal. No tribunal admitiram que realmente foram carregar o material da Câmara, mas arranjam testemunhas em como alguém lhes deu autorização para carregar e desta forma, foram ilibados do pagamento.

Sobre o regulamento disse que este está bem claro. No artigo 2º diz que o numero de postos de trabalho, para efeitos de preço, será definido pela Câmara tendo em conta a ponderação entre o projecto, os equipamentos instalados, mas também a realidade existente com referências a outras realidades.

O que se pretende é deixar um critério para se tomarem boas decisões e justas.

O deputado Luís Carril apresentou a seguinte declaração de voto à Mesa: "Em relação ao regulamento de venda de terrenos em loteamentos industriais municipais, existem vários pontos de discordância.

No artº1º, ponto 3, temos de possuir forma de disponibilizar documentos por forma a não bloquear o processo de candidatura a financiamentos comunitários.

No artº2º, ponto 2, deveremos definir os parâmetros de poluição de afluentes líquidos, poeiras ou gases, por forma a que os projectos/ investimentos não estejam sujeitos a opiniões/ decisões discricionárias.

No artº4º, ponto 1, não concordo com o aumento do preço dos lotes, como e possível, principalmente no loteamento de Salto, que se aumento o preço? Criaram-se mais e melhores condições? Estamos com níveis de criação de empresas e empregos, que nos permita este luxo?

Ao contrário de muitos outros meios, nós não vamos criando condições, para que as empresas cá se instalem. Pode não ser muito, mas são indicações que damos ao mercado.

No ponto 2, o objectivo do artigo é inadmissível. Como é possível ser o Presidente da Câmara a definir o preço, com base no número de postos de

trabalho, por si definidos? Então para que servem os projectos de financiamento e os estudos de viabilidade? Para que definimos o artº5, se ficamos sujeitos ao poder subjectivo da Câmara Municipal?

Porque é que não se cria no artº5º, um ponto 4, em que o beneficiário, receba verbas a que tem direito, após criar os postos de trabalho que a Câmara não considerou.

Posto isto, e pelo facto de não conseguir entender o timino desta proposta, voto contra. Assinado, o deputado Luís Carril.”

Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com dez votos contra e uma abstenção.

4.12 – Assembleia Municipal de Chaves / Barragens do Alto Tâmega.

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara disse que as barragens do Tâmega não dizem directamente respeito a Montalegre pois não somos beneficiários directos mas com certeza que apoia a decisão das Câmaras envolvidas que exigem contrapartidas para se compensarem dos impactos negativos que as barragens trazem, pelos prejuízos ambientais e ecológicos que vão surgir e também deve haver uma participação na riqueza produzida. Já há alguns acordos para a criação de um fundo de 2,5% para investimentos nos municípios afectados. E quantos mais casos como este houver mais argumentos Montalegre tem de lutar contra a EDP.

Inscreveu-se para intervir o deputado Luís Carril.

O deputado Luís Carril, em relação ao ponto em questão disse que a bancada do PSD vota a favor e disse que espera que a gravação da sessão da Assembleia lhe seja fornecida atempadamente.

Deliberação: A moção foi aprovada por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade,

nos termos do nº 1 do artº92 do Decreto- Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº: 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Pires

O 1º Secretário

Manuel Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Vinhas